

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO REGULAR E AS CONDIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS ESCOLARES

Cleusa Inês Ziesmann¹
Caroline de Oliveira Schneider²
Isabel Follmann Thomas³
Mirta Kauhana Lunkes⁴
Sonize Lepke⁵

A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), pode-se compreender que a educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que atua de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, disponibilizando serviços e recursos para as atividades de atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade nos ambientes de processos educacionais, para efetivamente promover a inclusão em todos os espaços das instituições de ensino.

O nosso estudo busca investigar as relações de trabalho dos professores da educação regular e dos professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE para compreender como acontece o processo formativo dos profissionais da educação que possuem alunos incluídos em salas do ensino comum. Em seu escopo de estudos, procura abordar temáticas sobre os conhecimentos produzidos pelos profissionais da educação, relações interpessoais, práticas educativas desenvolvidas na sala de aula, concepções sobre a educação inclusiva e formação docente. O trabalho investigativo tem por base os estudos de Lev Vygotsky, pois acredita-se que a prática docente só terá êxito se for estabelecido entre os sujeitos, relações interpessoais que tornem o processo de ensino e de aprendizagem potencialmente eficaz.

Nesse sentido, esse trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica que aborda a temática das práticas educativas, inclusão escolar e aprendizagem de conteúdos escolares com foco na formação de professores da educação básica que atuam em contextos inclusivos, sendo parte inicial dos estudos de um projeto guarda-chuva institucionalizado na Universidade Federal da

¹ Professora. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: cleusa.ziesmann@uffs.edu.br.

² Bolsista voluntária; Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: caroll_schneider2012@hotmail.com

³ Bolsista voluntária CNPQ; Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: isabelthomas3033@gmail.com

⁴ Bolsista voluntária; Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: kauhanalunkes@hotmail.com

⁵ Professora. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: Sonize.lepke@uffs.edu.br

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Fronteira Sul e projeto aprovado em edital de pesquisa. Foi realizada em três etapas: busca por descritores, seleção por relevância do tema e análise de conteúdo. Para o delineamento desta revisão, na primeira etapa, realizou-se uma busca sistematizada com critérios específicos em revistas científicas com Qualis A1 e A2, referente a avaliação do quadriênio de 2013-2016. Foram encontrados 22 textos e destes, foram selecionados 10 para análise e discussão por aproximarem-se mais dos descritores e da proposta do estudo. Na segunda etapa, foi realizada a seleção dos resumos desta busca que contemplavam os descritores estabelecidos, para em seguida, ser analisado cada artigo selecionado, levando em consideração os possíveis impactos que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva trouxe para essa discussão.

A análise de conteúdo norteou a explanação e reflexão sobre os dados coletados nos artigos científicos, com base Análise Textual Discursiva que tem como base as ideias de Moraes e Galiazzi (2007). Em consonância a isso, Gonçalves e Meirelles (2004), enfatizam que as realidades investigadas não são dadas prontas para serem descritas e interpretadas, mas são incertas e instáveis, mostrando que ideias e teorias não refletem, mas traduzem a realidade. Dessa forma, ainda que tivesse um viés quantitativo, essa análise buscou aspectos qualitativos do material selecionado. Após a leitura e análise minuciosa dos 10 artigos, foi realizada uma descrição e discussão para, em seguida, verificar as implicações dos estudos para as práticas pedagógicas inclusivas e, principalmente, para as novas contribuições científicas.

Assim sendo, a Educação Inclusiva, prevista na Constituição Brasileira de 1988, recomendada por documentos posteriores e reafirmada pela Lei 13.146 de 2015, garante o acesso e a permanência das crianças e pessoas com deficiência à escola. Porém, a questão que se impõe é de como ocorre o acesso ao currículo proposto. Assim, para Carvalho (2014) “[...] a proposta da inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades dos processos de ensino e aprendizagem, principalmente em sala de aula” (p. 110).

Apesar das discussões, previsões legais e aumento gradativo das matrículas dos alunos com deficiência, grande parte dos cursos de formação de professores não ofertam disciplinas com enfoques específicos referente ao atendimento dos alunos com deficiência e a diversidade existente no contexto escolar. Ademais, como afirma Siluk (2012), a formação exige um aporte teórico consistente e práticas pedagógicas em constante avaliação, pois “uma educação de

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



qualidade depende de uma formação teórica e prática de qualidade dos professores”, pois ainda assim, “a profissão de professor combina, sistematicamente, elementos teóricos com ações práticas” (p. 31).

Uma das maiores mudanças que vem ocorrendo nas últimas décadas tem como objetivo em democratizar o ensino, permitir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola com ensino de qualidade, sendo obrigatória desde os primeiros anos de escolaridade. A partir disso, a escola inclusiva integra-se em um novo paradigma de escola aberta, com fator sociocultural, com a possibilidade e necessidade dos professores possuírem competências que ultrapassam os saberes científicos de sua área específica.

O conceito de escola inclusiva amplia-se e enquadra-se no princípio da igualdade de oportunidades educativas e sociais a que todos os alunos, sem exceção, têm direito de serem incluídos no espaço escolar. Segundo Porter (1994), a escola inclusiva é um espaço onde os alunos, de acordo com a sua idade cronológica, precisam estar com a presença de colegas com e sem deficiência, onde lhes são oferecidos um ensino e apoio de acordo com as suas necessidades e especificidades.

Diante disso, Jesus e Martin (2008) afirmam que necessidade de mudança nas escolas é urgente. A (re) construção de uma escola inclusiva, a partir da Declaração de Salamanca (1994) preconiza que os alunos deveriam aprender e estar em salas, independentemente, de suas dificuldades ou diferenças que possam vir a apresentar. Assim, para os autores citados, essa possibilidade de inclusão efetiva e de qualidade “cria expectativas em todos aqueles, profissionais e pais, que querem romper com todas as formas de exclusão social” (p. 4).

Já para Ferreira (2018) a avaliação da aprendizagem em um espaço inclusivo deve ser entendida, sobretudo, “[...] como um processo realizado para promover a aprendizagem nos alunos. Para isso, tem de assumir uma dimensão formativa e, dessa forma, estar integrado no processo de ensino e de aprendizagem ” (p. 232). Com isso, Masini (2004) também enfatiza em suas pesquisas que para a inclusão ocorrer “é necessário haver união entre a escola e a comunidade; um processo gradativo com estudo, planejamento, orientação à família e à comunidade; equipe suficiente, com preparo e disponibilidade; equipamento apropriado e serviços de apoio técnico e pedagógico” (p. 33).

Compreende-se aqui a necessidade efetiva de um trabalho coletivo entre todos os integrantes da comunidade escolar e familiares. Para Ziesmann (2018) o professor em sala de



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



aula tem um papel essencial de exercer a criatividade, criticidade diante da teoria e dos conhecimentos do aluno para poder propiciar um ensino que venha a contemplar todos os alunos em sala de aula. Ao mesmo tempo, sabe-se que “os educadores vão se constituindo ao longo de sua trajetória e, assim, projetando as suas práticas pedagógicas a partir de tudo o que já vivenciaram no decorrer de sua existência” (ZIESMANN, THOMAS, 2020, p. 101).

Nessa linha de pensamento, é imprescindível que os cursos de formação de professores dialoguem com o contexto educacional atual, pois a formação dos professores constitui-se um dos pilares para discussão. Nesse contexto, Fleuri (2006, p. 497) lança o “desafio de se respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos”. Para tanto, “seria necessário compreender que as discussões perpassam a educação inclusiva para algo maior, a inclusão social.” (FLEURI, 2006, p. 179). E estas discussões devem ser realizadas nos cursos de formação de professores, que privilegie a discussão, a reflexão e ação, assegure saberes aos professores para que os mesmos, construam uma escola e uma sociedade cidadã em que os direitos sejam assegurados.

Nessa linha de pensamento, percebe-se que a formação docente ainda precisa ser constantemente reavaliada, principalmente neste momento histórico, em que o mundo passa por grandes transformações tecnológicas, econômicas e sociais. Essa formação, para Naujorks (2010) é um processo que contribui para a compreensão não só das dificuldades, mas também das conquistas, tanto de alunos como de professores, dinamizando novas oportunidades de aprendizagem para todos” (p. 401). Assim, acredita-se que a formação, ainda necessita de um olhar e mudanças calcadas na sociedade e nas pessoas que a compõe.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica e a análise dos documentos que compuseram a pesquisa sobre formação de professores da educação básica que atuam em contextos inclusivos permitiu observar que os processos inclusivos em que o estudante com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades tem acesso as escolas brasileiras, especialmente diante das garantias legais.

Porém, a democratização do ensino exigiu novos processos formativos nas instituições de ensino superior e diferentes posturas por parte dos professores que já atuavam nos contextos da escola. Infelizmente, ao longo das da última década, a dissonância ente as garantias legais e práticas dos professores ressoa nos empecilhos e dificuldades impostas aos estudantes da educação especial.

Entende-se, assim, que a formação inicial de professores deve enfatizar os novos



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



contextos escolares em seu processo formativo, assegurando que os professores, que estão iniciando a sua experiência como docente, realizem as suas práticas pedagógicas garantindo que todos seus estudantes consigam elaborar conhecimentos, construir relações e constituir-se como sujeitos de uma sociedade.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Prática pedagógicas. Formação Docente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc_especial.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NEE. In: **Conferência Mundial sobre NEE: acesso em qualidade**. Unesco. Salamanca, Espanha: Unesco, 1994.
- FERREIRA, Carlos Alberto. Percepções de estagiários sobre as suas práticas de avaliação das aprendizagens. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 231-254, jul./ago. 2018.
- FLEURI, R. M. Políticas da diferença: para além dos estereótipos da prática educacional. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, SP, maio/ago. 2006, v. 21, n° 95, p. 495-520.
- GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004. V. 1.
- JESUS, Saul Neves de; MARTIN, Maria Helena. Práticas educativas para a construção de uma escola inclusiva. **Cadernos**, edição: 2001 - N° 18.
- MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. Uma experiência de inclusão – providências, viabilização e resultados. **Educar**, Editora UFPR - Curitiba, Brasil, n. 23, p. 29-43, 2004.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- NAUJORKS, Maria Inês. Avaliação Educacional, inclusão escolar e representações Sociais. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 399-408, set./dez. 2010.
- PORTER, G.. **Organização das Escolas**: conseguir o acesso e a qualidade através da inclusão. Comunicação apresentada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, (Salamanca),1994.
- SILUK, Ana Cláudia Pavão (org). **Atendimento Educacional Especializado-AEE: Contribuições para a prática pedagógica**.led. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



AMOSC
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



ZIESMANN, Cleusa Inês; THOMAS, Isabel Follmann. Processos formativos dos professores inclusivos: práticas pedagógicas dos docentes na Educação Básica. **Revista Triângulo**. v. 13, n. 3, set/dez, 2020.

ZIESMANN, Cleusa Inês. **Inclusão, experiências e práticas pedagógicas: o atendimento educacional especializado na educação básica na perspectiva de Vygotsky**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

